

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES SUBJETIVAS

1. O Município de Várzea Suja dos Porcos instituiu por lei, aprovada unanimemente pela Câmara dos Vereadores, a Taxa de Iluminação Pública, decorrente da prestação do serviço público de iluminação de ruas e praças. Qual(is) o(s) fundamento(s) jurídico(s) que pode(m) ser invocado(s) para o não pagamento da referida taxa?
2. O Diário Oficial da União de 1o. de maio de 2001 publicou lei reduzindo a alíquota da contribuição de seguridade social sobre o faturamento, recolhida pelo contribuinte até o décimo dia do mês, em relação ao faturamento verificado no mês anterior, de 3% (três por cento) para 1% (um por cento). Qual será a alíquota aplicada para o recolhimento (até o dia 10 de julho de 2001) da contribuição em questão em relação ao mês de junho de 2001? Explique.
3. A lei instituidora do imposto predial e territorial urbano do Município de Coité do Nória não estabeleceu um percentual sobre o valor venal (de venda) do imóvel para fins de fixação do tributo devido. É possível a cobrança do tributo? Explique.
4. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, uma emenda constitucional pode revogar o art. 150, inciso III, alínea "a", da Constituição? Explique.
5. A instituição e cobrança de imposto sobre operações financeiras em operações de depósito em dinheiro em contas bancárias é constitucional? Explique.
6. No direito tributário brasileiro existe solidariedade tributária ativa? Explique.
7. No direito tributário brasileiro, segundo o Código Tributário Nacional, existe certidão negativa com efeito de positiva? Explique.
8. O fato gerador do IPTU no Distrito Federal ocorre no dia 1º. de janeiro de 2010. O GDF deixa, por razões operacionais, de lançar o IPTU no ano de 2010. Nessas condições, em março de 2011 podem ser lançados os créditos de IPTU cujos fatos geradores ocorreram em 1º. de janeiro de 2010 e de 2011? Explique.
9. Estabelece o art. 195, parágrafo único, do CTN: "Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se referam". É correto afirmar que os documentos em questão devem ser guardados por 5 (cinco) anos (art. 174 do CTN)? Explique.
10. O fato gerador presumido é figura típica dos casos de responsabilidade tributária por transferência? Explique.

QUESTÕES OBJETIVAS

Indique se as assertivas seguintes são verdadeiras (V) ou falsas (F).

11. () A Constituição de 1988 instituiu mas não criou o Imposto sobre Grandes Fortunas.
12. () O princípio da legalidade tributária impõe que o "exercício financeiro" corresponda ao "ano civil".
13. () O princípio da anterioridade difere do princípio da anualidade, mas ambos são expressões do princípio da não surpresa do contribuinte.
14. () A natureza jurídica de uma taxa facultativa (pela utilização de um serviço público específico e divisível) é de preço público.
15. () As imunidades tributárias são formas da União, por lei, dispensar o pagamento de multas confiscatórias com fundamento no princípio da anterioridade irretroativa.
16. () O Estado de Minas Gerais é proprietário de imóvel na zona urbana do Município de Varginha. Em relação a esse imóvel está sujeito ao pagamento de imposto sobre propriedade territorial rural por força da imunidade tributária comutativa.
17. () A isonomia tributária pode ser efetivada pela progressividade, pela seletividade e pela tipologia.
18. () Os princípios republicano e democrático impõem que sejam ouvidos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios antes da fixação de isenções do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados.
19. () As Instruções Normativas do Secretário da Receita Federal integram a "legislação tributária", conforme acepção presente no Código Tributário Nacional.
20. () A prescrição tributária ocorre necessariamente antes da decadência tributária.
21. () O dia do término do prazo prescricional tributário depende, só e somente só, da análise dos seguintes elementos: termo inicial, duração do prazo e causas de suspensão.
22. () A lei tributária aplica-se a ato passado, não definitivamente julgado, quando comina penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da prática do ato.
23. () A integração da legislação tributária pressupõe a ausência de disposição expressa sobre a matéria tratada.
24. () O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária, mas não suficiente, à sua ocorrência.

25. () O dever de emitir nota fiscal de venda de mercadorias é um exemplo de obrigação tributária principal.
26. () A capacidade tributária de uma pessoa jurídica fica irremediavelmente comprometida pela ausência de registro, no órgão público competente, das alterações promovidas no contrato social.
27. () A responsabilidade tributária por substituição pressupõe a ocorrência de um fato, previsto em lei, que transfere a obrigação de pagar o tributo do contribuinte para o responsável.
28. () A declaração e confissão de dívida tributária é uma das formas adotada pelo direito tributário brasileiro para a apuração (ou quantificação) do crédito tributário.
29. () O crédito tributário tem preferência (no pagamento) em relação aos créditos: a) trabalhistas; b) decorrentes de acidente de trabalho; c) com garantia real e d) com natureza alimentícia.
30. () Um bem que garante um empréstimo pessoal, contraído em 1990, não pode ser penhorado para pagamento de crédito tributário cujo fato gerador da obrigação correspondente ocorreu em 1995.